

A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Patrícia Riquelme Silva de Araújo[1]

Palavras-chave: Mapeamento participativo, didática, território

INTRODUÇÃO

A Geografia, enquanto disciplina escolar, desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de interpretar e intervir em sua realidade social e territorial. Neste contexto, a cartografia social se destaca como uma abordagem metodológica que permite aos estudantes mapear e refletir sobre suas vivências e contextos, promovendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas geográficas. O presente trabalho tem como objetivo principal investigar a eficácia da cartografia social no ensino da Geografia, alinhando-se à pedagogia histórico-crítica, que valoriza a formação crítica e reflexiva dos estudantes.

Este trabalho apresenta uma breve contextualização do ensino da Geografia e traz uma pesquisa bibliográfica sobre a pedagogia histórico crítica, sua didática e a cartografia social, assim como a análise de uma experiência da aplicabilidade da cartografia social como instrumento metodológico do ensino da geografia a partir da metodologia histórico crítica. Essa experiência ocorreu em duas turmas da segunda série do ensino médio, no colégio Estadual Papa João Paulo I, em Brotas de Macaúbas. Por fim, apresento as conclusões, sintetizando os resultados obtidos na minha prática docente.

[1] Pedagogia e Geografia, Professora de Geografia no Colégio Estadual Papa João Paulo I, na cidade de Brotas de Macaúbas-BA

A justificativa para a realização deste trabalho reside na necessidade de promover um ensino mais significativo e engajador, que valorize as experiências dos estudantes e os prepare para serem cidadãos críticos e ativos. A experiência vivenciada em sala de aula, ao trabalhar com a cartografia social, revelou-se uma oportunidade valiosa para repensar as práticas pedagógicas e explorar novas possibilidades de ensino na Geografia.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O ensino da Geografia, como componente curricular das Ciências Humanas, desempenha um papel fundamental na formação integral dos estudantes. Segundo Castellar (2005), a Geografia não é apenas uma disciplina que estuda o espaço físico, mas também abrange a análise das interações sociais, políticas e econômicas que ocorrem nesse espaço. Essa perspectiva amplia a compreensão geográfica, permitindo que os estudantes desenvolvam uma visão crítica sobre as dinâmicas que moldam suas realidades.

A Geografia escolar deve, portanto, ser entendida como um espaço de construção de conhecimentos que dialogam com o cotidiano dos alunos. Pissinati e Archela (2007) afirmam que a Geografia deve ser ensinada de forma a estimular a observação e a análise crítica, capacitando os estudantes a compreenderem as relações entre o ser humano e o meio ambiente. E para compreenderem a organização, as relações e as dinâmicas dos espaços nos quais vivem, a cartografia é uma poderosa ferramenta. A capacidade de ler e interpretar mapas está diretamente relacionada ao desenvolvimento de habilidades críticas que transcendem o campo geográfico, pois envolve a interpretação de símbolos e a criação de relações espaciais.

Ao incorporar a cartografia social como ferramenta da metodologia histórico-crítica, enquanto processo participativo e dialógico, que busca relacionar o conhecimento escolar com a realidade social dos estudantes, valorizando seu conhecimento prévio e sua vivência no espaço, promove uma aprendizagem contextualizada, participativa e emancipadora. Dessa forma, a cartografia não deve ser vista apenas como um recurso didático complementar restrita à mera leitura e interpretação de mapas tradicionais, mas como um instrumento fundamental para a construção do conhecimento geográfico e para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

A pedagogia histórico-crítica, desenvolvida por Demerval Saviani (2011), defende um ensino que parta da realidade dos estudantes para, por meio da mediação docente, desenvolver uma compreensão mais ampla e crítica do mundo. No ensino de geografia, essa abordagem metodológica privilegia a experiência concreta dos alunos, tornando-os protagonistas do processo educativo. A cartografia social se insere nessa perspectiva ao possibilitar a construção de mapas participativos, nos quais os estudantes representam sua própria visão sobre o espaço.

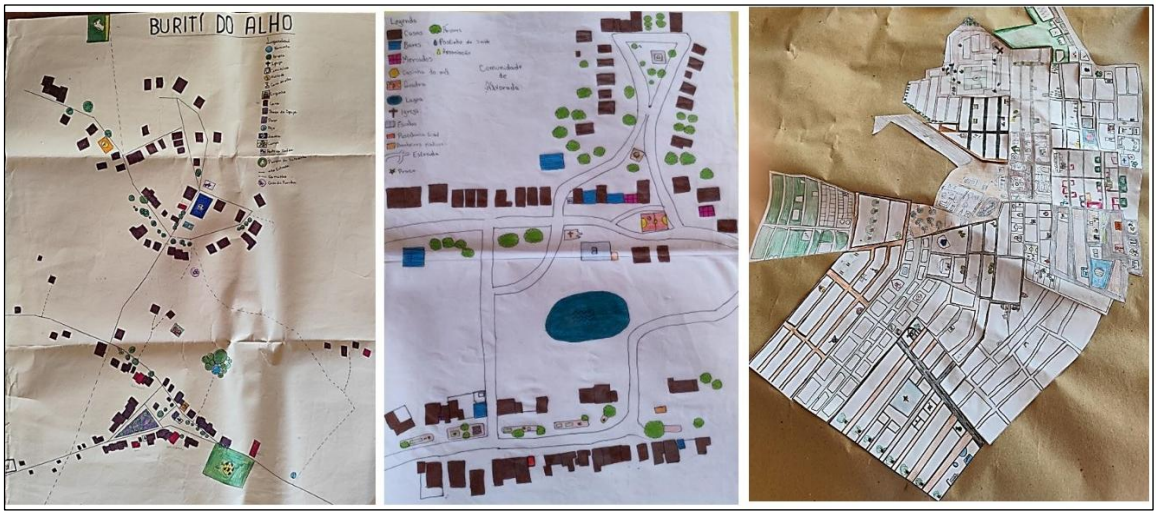
Fundamentada no materialismo histórico-dialético e na ideia de que a educação deve contribuir para a transformação social, a pedagogia histórico-crítica entende que o conhecimento escolar é um instrumento fundamental para a emancipação dos indivíduos, devendo ser sistematizado e acessível a todos. Sua organização segue cinco etapas principais: a prática social inicial, na qual se parte da realidade dos estudantes, dos seus conhecimentos empíricos; a problematização, que instiga a reflexão crítica sobre o tema; a instrumentalização, onde ocorre a apropriação do conhecimento sistematizado; a catarse, que representa a elevação da consciência do aluno a um nível mais elaborado de compreensão; e, por fim, a prática social final, em que o conhecimento adquirido é ressignificado e aplicado na realidade do estudante (GASPARINI, 2015).

Seguindo a pedagogia histórico-crítica, não há como não citar "uma didática para a pedagogia histórico-crítica", apresentada por João Luiz Gasparin. Ela busca superar a fragmentação do ensino e promover uma prática pedagógica que articule os conteúdos escolares à realidade social dos estudantes. Nessa abordagem, o ensino deve proporcionar a apropriação do conhecimento sistematizado como um instrumento de transformação, garantindo que os estudantes compreendam a realidade para intervir nela de maneira consciente e crítica.

Juntamente com a pedagogia histórico-critica a cartografia social permitirá uma nova perspectiva, onde os mapas serão trabalhados não apenas como instrumentos técnicos, mas como representações sociais e históricas do espaço. Para Acselrad e Coli (2008, p. 13): “Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista.” Assim a cartografia social se alinha aos princípios da pedagogia histórico-crítica, pois envolve os estudantes na produção do conhecimento geográfico, possibilitando-lhes compreender a geografia a partir de suas vivências e perspectivas, produzindo e compreendendo mapas a parti do próprio ponto de vista.

Ao longo da minha experiência como professora de geografia no ensino médio, adotei a pedagogia histórico-crítica como metodologia para tornar o ensino mais significativo e contextualizado. E ao preparar uma sequência didática para trabalhar a competência 1 da área de ciências humanas e a habilidade "EM13CHS106" (DCRB p.188), que refere-se à capacidade de utilizar as linguagens cartográficas de forma crítica e reflexiva, introduzi como prática social final a produção de uma cartografia social, onde, em grupo, os estudantes elaboraram um croqui do seu povoado ou de uma parcela da sede (Imagem 1) do nosso município, Brotas de Macaúbas. A partir desses croquis produzidos seria realizada uma oficina de elaboração de mapas, utilizando o programa gratuito Qgis. Infelizmente não foi possível oferecer esta oficina, naquele momento, por falta de infraestrutura na escola, porém a proposta ainda continua válida para quando for possível executá-la. Mesmo sem a execução da oficina na totalidade, levei o meu notebook, apresentei o Qgis e fiz uma breve demonstração de suas funcionalidades.

Imagem 1: Croqui dos povoados de Buriti do Alho e Alvorada e sede municipal



Fonte: Elaboração própria

Muitos estudantes apresentavam dificuldades em se identificar com seus territórios e espaços cotidianos, além do déficit na leitura e interpretação do mundo ao seu redor. O uso da cartografia social foi fundamental para que eles se percebessem como parte construtora e participante do seu território, pois os croquis elaborados traziam as suas próprias percepções dos espaços.

No nosso município, Brotas de Macaúbas, existem hoje 16 comunidades autorreconhecidas como tradicional de fundo de pasto. As comunidades tradicionais de fundo de pasto foram reconhecidas pelo governo da Bahia, através da lei nº 12.910 de 11 de outubro de 2013. Uma comunidade de Fundo de Pasto, tem um modo de vida muito específico quanto as relações de parentesco, atividades comunitárias e ao uso da terra seja de forma coletiva a partir do extrativismo (vegetal e mineral) e manejo sustentável dos biomas em que vivem ou uso familiar com agricultura de base familiar, criação de animais, quintais produtivos (Bahia, 2013). Uma parcela dos nossos estudantes pertence as comunidades tradicionais de fundo de pasto, diante disso foi possível enriquecer ainda mais o nosso debate em sala, quanto ao uso dos mapas no empoderamento das pessoas dessas comunidades.

No Brasil a cartografia social enquanto mapeamento participativo "[…] podem estar associadas tanto à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a formas de explicitação de conflitos sócio-territoriais" (Acselrad, Coli, 2004, p.40). Isso pode ser percebido durante as discussões em salas, onde os estudantes relataram ameaças aos direitos territoriais e a modo de vida, como, por exemplo, presença de empresas de geração energia e garimpos empresariais de extração de quartzo, nas áreas de uso comum das suas comunidades. Se para Acselrad a cartografia social é "construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos […]" a sala de aula é um espaço propício para instrumentalizar os estudantes para serem agentes ativos na construção e defesa dos seus territórios.

Assim a integração da cartografia social ao ensino da geografia, permitiu que os estudantes participassem ativamente da construção do conhecimento espacial e territorial. Quando passaram a produzir seus próprios mapas de forma coletiva, baseada em seus interesses e vivências, demonstraram um envolvimento muito mais expressivo com os conteúdos geográficos. Percebo assim que, tanto a pedagogia histórico-crítica, quanto a cartografia social oferece uma abordagem metodológica extremamente relevante para o ensino de Geografia, pois ambas compartilham uma visão que valoriza a realidade concreta dos alunos e a construção crítica do conhecimento. Essa experiência positiva me motivou na elaboração deste trabalho, que busca não apenas relatar a minha experiência, mas também refletir sobre a importância de metodologias ativas no ensino da Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da experiência em sala de aula, é notável que a integração da cartografia social ao ensino da geografia, permitiu que os estudantes participassem ativamente da construção do conhecimento espacial e territorial. Quando passaram a produzir seus próprios mapas de forma coletiva, a partir de suas próprias referências cotidianos, possibilitou a compreensão dos mapas não apenas como produtos técnicos, mas como instrumentos políticos, culturais e sociais. Esse processo contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação espacial, além de favorecer o debate sobre as questões socioambientais que afetam diretamente suas comunidades, como o avanço de empresas mineradoras e de geração de energia em territórios tradicionais.

Percebo assim que, tanto a pedagogia histórico-crítica, quanto a cartografia social oferece uma abordagem metodológica extremamente relevante para o ensino de Geografia, pois ambas compartilham uma visão que valoriza a realidade concreta dos estudantes e a construção crítica do conhecimento. A cartografia social, nesse sentido, funcionou como uma ferramenta de leitura de mundo, conectando teoria e prática de forma concreta e transformadora.

REFERÊNCIAS

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.

Pissinati, M. C.; ARCHELA, R. S. **Fundamentos da alfabetização cartográfica no ensino de geografia**. Geografia - v. 16, n. 1, jan./jun. 2007 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

Gasparin, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 5ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**. In: ACSELRAD, Henri. (org.) Cartografias sociais e território, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018
BAHIA. Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio (v. 2) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. Disponível em: http://dcrb.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/DCRB-09_08_22_COM-MATRIZES.pdf. Acesso em:10 mar. 2025

BAHIA. Lei nº 12.910, de 11 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente […]. Palácio do governo do estado da Bahia. [2013]. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12910-2013-bahia-dispoe-sobre-a-regularizacao-fundiaria-de-terras-publica s-estaduais-rurais-e-devolutas-ocupadas-tradicionalmente-por-comunidades-remanescen tes-de-quilombos-e-por-fundos-de-pastos-ou-fechos-de-pastos-e-da-outras-providencias).Acesso em: 19 mar. 2025